

Unidades de Conservação e o setor privado: ideias para o próximo governo

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Unidades de conservação são o melhor instrumento para a conservação da biodiversidade e serviços ambientais no largo prazo. Graças a elas espécies ameaçadas escaparam da extinção; recursos genéticos foram preservados e resultaram em descobertas científicas importantes para a medicina, a agricultura e processos industriais; recursos hídricos que abastecem cidades e hidrelétricas, bem como gigantescos estoques de carbono que regulam o clima têm sido mantidos; e muitas economias regionais floresceram graças ao turismo.

Entretanto, no Brasil, as [unidades de conservação \(UCs\)](#) ainda são vistas como um entrave ou estorvo ao "progresso". Além do gritante desinteresse em expandir a rede de unidades de proteção integral evidenciado durante o último governo (ao contrário, houve mesmo significativa exclusão de milhares de hectares do sistema), as unidades de conservação têm sofrido com crônica falta de pessoal e de recursos financeiros. As desculpas para que o governo federal não cumpra seu dever são variadas, mas podem ser bem resumidas em falta de verbas e clara incapacidade administrativa, o que foi evidente no fiasco dos chamados "parques da copa".

Existem algumas (poucas) iniciativas de conceder a exploração turística de UCs à iniciativa privada, como acontece nos parques nacionais do Iguaçu e Fernando de Noronha, modelo também adotado em algumas áreas estaduais. No entanto, o foco só na exploração turística nem sempre resolve problemas sérios da gestão das áreas, particularmente no que se refere à proteção das mesmas. Por exemplo, embora o Iguaçu seja a UC federal com maior arrecadação e tenha infraestrutura de visitação digna de um parque temático da Flórida, espécies icônicas, como as onças-pintadas, estão com suas [populações em franco declínio](#), enquanto outras foram extintas porque o Estado falhou na proteção e manejo.

As UCs repetem uma tendência nacional onde aeroportos, rodovias e portos geridos pelo Estado funcionam com padrões abaixo daquilo que o público necessita. Como ocorre naqueles e outros casos, uma opção para garantir um melhor cenário é o envolvimento do setor privado no desenvolvimento e proteção de UCs. Não há novidade alguma nisso. Países como Quênia, Tanzânia, Botswana, Zâmbia e África do Sul há décadas realizam concessões de terras públicas, incluindo em parques, para o desenvolvimento de atividades turísticas por empresas privadas especializadas. E há casos de concessões integrais de UCs, como o da [African Parks](#), que maneja sete parques em seis diferentes países (veja adiante).

O turismo pode sustentar o manejo e a proteção de algumas áreas, mas certamente não de todas. Por exemplo, quem e quantos iriam à [Reserva Biológica do Gurupi](#), mesmo se ela fosse aberta à

visitação? Outros mecanismos são necessários para que recursos da iniciativa privada sejam direcionados às UCs sem perfil turístico. Os mercados de serviços ambientais, especialmente o mercado de carbono, são uma opção viável para isso.